

**O DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO PROFERIDO AO
PROFESSOR E À PROFESSORA¹**

***THE DISCOURSE OF THE SCHOOL WITHOUT PARTY MANIFESTED
TO THE TEACHER***

Jonas Pereira Lima²
Luiza Helena Oliveira da Silva³

RESUMO

Este texto consiste em uma síntese de uma investigação que teve como objeto de estudo o discurso do *Escola sem Partido* analisado com base aos parâmetros teórico-metodológico da Semiótica Discursiva. A análise revelou que o sujeito do Escola sem Partido manifesta discurso intolerante quando impõe que o professor e a professora sejam neutros em relação aos aspectos políticos, ideológicos, partidários, religiosos, morais e de identidade de gênero supostamente discutidos em sala de aula. Mediante análises e resultados, constatamos que o *Escola sem Partido* assume uma postura autoritária em favor de uma corrente política, que despreza o ensino e aprendizagem pluralista e crítico, estimulando a prática da intolerância ao professor e a professora. Em seu discurso, construído pela regularidade das enunciações, vozes intolerantes se articulam para instigar as paixões disfóricas do ódio e do medo, que reverberam no constrangimento, na perseguição e na ameaça ao professor e à professora, suscitando, assim, a construção de práticas não negociáveis no âmbito de uma sociedade alicerçada nos princípios da justiça e da democracia.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Discurso Intolerante; Neutralidade; Semiótica Discursiva.

ABSTRACT

This text consists of a synthesis of an investigation that had as its object of study the discourse of School Without Party analyzed based on the theoretical and methodological parameters of Discursive Semiotics. The analysis revealed that the subject of School without Party expresses an intolerant discourse when it requires the teacher to be neutral concerning the political, ideological, partisan, religious, moral, and gender identity aspects allegedly discussed in the classroom. Through analysis and results, we found that School Without Party assumes an authoritarian stance in favor of a political ideology that despises pluralistic and critical teaching and learning, encouraging the practice of intolerance to the teacher. In their speech, built by the regularity of declarations, intolerant voices are articulated to instigate dysphoric passions of hatred and fear, which reverberate in the

¹. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

². Doutor em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Araguaína. Membro do GESTO/UFT. e-mail: jonasplima@hotmail.com.

³. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) e do Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Araguaína. e-mail: luiza.to@uft.ed.br.

embarrassment, the persecution, and the threat to the teacher, thus raising the construction of non-negotiable practices within the scope of a society based on the principles of justice and democracy.

Keywords: *School Without Party. Intolerant discourse. Neutrality. Discursive semiotics.*

INTRODUÇÃO

As crises e retrocessos nas políticas educacionais têm desconectado o professor e a professora das redes ideológicas que norteiam o diálogo progressista e, ao mesmo tempo, inviabilizado seu livre exercício de pensar e agir em defesa de sua própria identidade e autonomia profissional. A sociedade tem produzido, através das representações simbólicas, uma identidade docente fragmentada, em que o professor e a professora são, a todo o momento, interpelados por discursos que ditam regras de como deve ser e agir, chegando, muitas vezes, a ser sancionado pelo fracasso escolar do aluno e da aluna (MUSACHI, 2019, p.6). Além disso, nas últimas décadas, o professor e a professora, bem como a escola, têm se tornado alvos de medidas coativas prescritas por discursos e práticas proferidas pelo movimento Escola sem Partido (ESP).

O movimento *Escola sem Partido: educação sem doutrinação*, intitulado como uma organização não governamental e sem fins lucrativos, surgiu como reação a uma suposta ou dita doutrinação política, ideológica, religiosa, partidária e de identidade de gênero introjetada na mente dos alunos e das alunas pelos professores e as professoras, considerados, então, como “doutrinadores esquerdistas”. Ancorado em suposição, o ESP consiste em uma estratégia da classe dominante de impor seu modelo de educação às classes subalternas sem medir receio de disseminar a intolerância e impor o medo ou coerção para defender seus interesses. Nessa direção, o ESP pretende controlar o trabalho dos professores e das professoras para que, com isso, determine os conhecimentos que serão acessados ou negados, bem como os valores e atitudes que serão favorecidos no processo de formação escolar.

O ESP foi fundado em 2004 pelo advogado e ex-procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, o qual se autoproclama como coordenador e colaborador do movimento. Inicialmente, tal empreendimento ganhou denominação de movimento, porém, anos depois,

tornou-se pessoa jurídica de direito privado, registrado em cartório, com a designação de “Associação *Escola sem Partido*”, sediada em Brasília. Tal movimento foi desenvolvido em *softwares* livres e veiculado, oficialmente, por meio de um *site* e, depois, em páginas no *Facebook*, no *Instagram* e no *Twitter* com denominação de Escola sem Partido. Tanto o *site* quanto as páginas oferecem condições de acesso em formas de multimídia e hipertexto, nas quais estão inseridos textos, imagens, desenhos, vídeos e espaços disponíveis para manifestação de simpatizantes e articulistas do movimento.

Conforme relata Nagib (2016), a razão que o motivou a fundar o ESP emergiu de uma narrativa de sua filha que, ao chegar da escola, teria dito que seu professor fez uma comparação entre Che Guevara e São Francisco de Assis, com base em relatos de que ambos abandonaram tudo o que tinham em nome de uma ideologia: uma política e a outra religiosa. Sua indignação com a analogia entre um santo católico e um revolucionário comunista o instigou a procurar a escola para registrar reclamação e mobilizar outros pais, embora a tentativa foi sem êxito. Não conformado, Nagib decidiu criar o *site* ESP, baseado em modelos de dois *sites* americanos, *No Indoctrination* e *Campus Watch*, criados para monitorar professores e professoras universitárias que ministram disciplinas de geopolítica do Oriente Médio, em particular, sobre Israel. O site ESP foi desenvolvido para receber e divulgar denúncias contra a suposta doutrinação.

Em busca de emancipação institucional, o ESP (2004) estabeleceu, em sua criação, objetivos norteadores de seus propósitos, tais como, dar visibilidade à pretensa “instrumentalização” do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários; disponibilizar espaço público para publicação de documentos em formato de textos escritos, imagens e vídeos que tenham as mesmas filiações político-ideológicas do movimento e servir como espaço para oferecer denúncias contra o professor ou a professora que for autuado, manifestando qualquer ideia que seja considerada como doutrinação. Dessa forma, o escola sem Partido torna-se fundador de uma proposta intolerante que não foi apresentada, nem discutida democraticamente com a sociedade, com as escolas, com os professores e as professoras e com os alunos e alunas e, além disso, não admite o livre ofício do professor e da professora, nem tolera formação crítica, ativa, reflexiva e cidadã oferecida pelos docentes.

Em função de tais implicações, surgiu a ideia de investigar os impactos ocasionados pelo ESP à escola e, sobretudo, ao professor e à professora. O surpresa foi que o ESP não se ampara em nenhuma base epistemológica reconhecida pela comunidade científica, nem usufrui de constitucionalidade. Desde sua criação, foi projetado para se tornar lei e, conseqüentemente, regimentar ou controlar o estatuto didático-pedagógico da escola, porém sem aporte teórico e constitucional. Nesse sentido, a primeira iniciativa do movimento foi elaborar anteprojetos de lei direcionados às câmaras municipais, às assembleias legislativas, à câmara dos deputados e ao senado, com a missão de fazer tal movimento a adquirir força de lei. No período de 2004 a 2012, o movimento teve crescimento moroso, porém, em função das manifestações de 2013, ganhou adesão acelerada em todo o país. Os anteprojetos tiveram, então, significativa aceitação de parte de parlamentares, gestores e sociedade.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A maioria dos legisladores e gestores simpatizantes da proposta do ESP são adeptos de doutrinas protestantes mais conservadoras e filiados a partidos de direita e extrema-direita. Mesmo sem legitimidade da maioria dos educadores e estudantes, e sem base teórica e constitucional, os anteprojetos ganharam simpatizantes e defensores nas esferas política, religiosa, educacional, empresarial e jurídica. Em função dessa expansão, os/as articuladores e legisladores tem conseguido aprovação da proposta do ESP em casas legislativas e sanção da mesma por parte de gestores. Como a proposta nasceu condenada à inconstitucionalidade e sem adesão da maioria da comunidade escolar, os defensores e articuladores passaram a fazer do professor e da professora alvos de discursos intolerantes justificados pelas implicações apresentadas na proposta.

Com a expansão da proposta, a intolerância manifestada contra o professor e a professora, que era aleatória e sem orientação institucional, tornou-se uma prática recorrente e institucionalizada. Diante de tais implicações, este estudo propõe-se explicar como o discurso intolerante é apropriado, classificado e materializa pelo sujeito que o utiliza para sancionar negativamente o sujeito professor. Para definir tal discurso, valemo-nos fundamentalmente das

palavras de Barros (2011, p. 264), segundo a qual “os discursos intolerantes estão presentes praticamente em todas as esferas de ação social e, dada a grande variedade de composição e de estilo, podemos classificá-los apenas tematicamente, isto é, pela organização do plano do conteúdo”. Conforme se pode depreender, isso significa que o discurso intolerante possui invariáveis estruturais identificáveis, que podem ser constatadas através de análise que propomos aqui realizar.

Partimos do reconhecimento de que o discurso intolerante endereçado contra o professor e a professora tornou-se uma realidade instituída com propósito político e ideológico de controlar o que se pensa, diz e faz na escola, a fim de que a heterogeneidade seja desautorizada em nome de uma orientação ideológica única, de matriz conservadora e autoritária, que concorre para a demonização do próprio fazer científico. Com base nisso, esta investigação teve como parâmetro norteador a hipótese de que o discurso intolerante (re)produzido contra o professor e a professora cerceia as liberdades de expressão e de cátedra, obriga a autocensura, criminaliza e judicializa o trabalho docente. Em razão disso, a escola se transforma em instituição que visa exclusivamente à manutenção de uma estrutura de poder, mediante reprodução do saber imposto pelos grupos dominantes.

Com base nessa perspectiva, esta pesquisa teve como escopo estudar, a partir do arcabouço teórico-metodológico da semiótica discursiva, o discurso intolerante manifestado pelo ESP. Para Greimas e Courtés, a semiótica é sobretudo uma “teoria da significação. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob forma de construção conceptual, as condições da apreensão e da produção do sentido” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 415). Para investigar o objeto em questão, foi estabelecido como objetivo geral investigar como o discurso do ESP se efetiva para produzir a intolerância contra o sujeito professor. Tendo em vista que, “os sujeitos intolerantes são sempre apaixonados, seguidores dos valores morais vigentes da sociedade em que estão inseridos” (BARROS, 2011, p. 257).

Com vista em tal objetivo, este estudo se justifica pela necessidade de explicar como o sujeito intolerante do ESP age para construir imagens disforizantes do sujeito professor, para, a partir disso, demonizá-lo e transformá-lo em inimigo da sociedade, da família e dos estudantes, tomando a criticidade como uma ameaçada à ordem que se pretende impor pela

força e pelo silenciamento. Para isso, esta pesquisa buscou periciar os percursos temáticos e figurativos que dão forma aos discursos do movimento, o teor passional dos discursos e a defesa de sanções negativas presentes nos documentos do ESP como instrumentos de veiculação do discurso intolerante. Com base nisso, tal pesquisa tem o propósito de buscar explicações científicas sobre as razões pelas quais determinados grupos ou entidades criaram um movimento comprometido com a disseminação da intolerância contra o trabalho docente e, ao mesmo tempo, contribuir para a desconstrução desse discurso.

Esta pesquisa foi desenvolvida com base à abordagem metodológica predominantemente qualitativa interpretativa e documental-descritiva. Teve como *corpus* apenas documentos, ou seja, é uma pesquisa de natureza documental que se apoiou em diversos gêneros textuais para constituir a regularidade discursiva que caracteriza os discursos e crenças que alimentam as bases do discurso intolerante endereçado à escola. Uma parte do *corpus* utilizado na pesquisa procede de publicações realizadas pelo ESP em *sites* e redes de propriedades do próprio movimento; outras foram obtidas de *blogs*, jornais, revistas, entrevistas, vídeos, imagens e comentários relacionados a textos sobre demandas do movimento. As análises se orientam para textos que opinam ou defendem ideias a favor e contra o movimento e foram realizadas em diferentes patamares, conforme parâmetros metodológicos da semiótica greimasiana.

O referencial teórico utilizado, neste trabalho, para fundamentar o estudo do discurso intolerante manifestado pelo ESP foi construído principalmente por trabalhos de Greimas (1976), Greimas e Courtés (1979), Fiorin (1990, 2011), Barros (2002, 2011, 2014, 2016a, 2019), Bertrand (2003) e Landowski (2002, 2014, 2016). Greimas e Courtés contribuem pelos fundamentos da semiótica standard e constituição do percurso gerativo de sentido. De Fiorin interessou-nos suas contribuições para o estudo da enunciação e definição de ideologia aliada ao discurso. Foram fundamentais os trabalhos de Barros que apresenta a configuração do discurso intolerante. Bertrand apoiou-nos com o aporte da figuratividade e da enunciação passional e Landowski subsidiou-nos com as dinâmicas das interações. Assim, como se vê, tal aporte valeu-se majoritariamente da semiótica discursiva desenvolvida por Greimas e seus continuadores.

2. RESISTÊNCIA E CONTRADISCURSO AO ESCOLA SEM PARTIDO

O investimento teórico em pauta, permitiu-nos depreender que o discurso do ESP emerge como efeito dos conflitos entre grupos e das disputas ideológicas que confluem para o âmbito educacional. Sua emergência e relevância decorre do acirramento das contradições motivadas pelas investidas do grande mercado sobre a sociedade brasileira para assumir, com mais intensidade, o controle da educação escolar acessada pela camada mais pobre. Grupos conservadores e ultraconservadores, alinhados aos interesses do capital financeiro, ascenderam ao poder, apropriaram-se dos ideais do ESP, enquadraram o professor e a professora como doutrinadores, estimularam a prática do denunciamento e tornaram-se difusores do discurso intolerante contra o posicionamento ativo dos docentes. O efeito desse discurso tem ocasionado transtorno à vida do professor e da professora, assim como tem reduzido os vínculos comunicativos entre eles e com a sociedade, influenciando, sobretudo, na desconstrução da carreira docente.

Dessa forma, o ESP, além de se caracterizar como um movimento conservador e extremista, não tem conseguido camuflar seu projeto obscurantista que implica em silenciamento, opressão, segregação, triagem, despolitização, ódio e intolerância contra o professor. Para isso, tal movimento tem se valido de um aparelhamento documental, midiático, político-ideológico e moral-religioso para fundamentar suas ações conservadoras e potencializar suas medidas antidemocráticas projetadas para desqualificar a escola, a universidade, o professor e a professora. Isso se torna evidente à medida que se observa que em nenhum documento ou manifestação do ESP inclui a escola, a universidade, o professor e a professora como prioridade merecedora de mais fomento e investimento na qualidade de ensino.

Para resistir ao aparato montado e articulado pelo ESP, organizações e movimentos sociais têm reagido, de forma incisiva, com o propósito de deslegitimar ou mesmo deter as investidas discursivas e práticas empreendidas por tal movimento que, de todas as formas, buscam reconhecimento social e legalidade constitucional. As instituições e movimentos são

constituídos pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional de Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-graduandos (ANP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Advocacia Geral da União (AGU), Procuradoria Geral da União (PGR), Supremo Tribunal Federal (STF), Organização das Nações Unidas (ONU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Professores Contra o *Escola sem Partido* (PCESP), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Projeto de Lei 6005/2015, Projeto de Lei 502/2019 e Moção de Emergência assinada por 150 entidades internacionais. As iniciativas promovidas por tais organizações e instituições têm, em comum, objetivo de articular contradiscursos que sentencie o ESP como um movimento intolerante e o qual deve ter sua base de produção de sentido desconstruída.

Em resistência aos discursos expressos pelo ESP, as referidas organizações e instituições têm se mobilizado com o propósito de restabelecer os sentidos que norteiam a manutenção da ordem democrática, progressista, libertária e tolerante e, ao mesmo tempo, fazendo contraposição aos discursos constitutivos dos sentidos motivadores de medidas antidemocráticas, opressoras, intolerantes que visam cercear o trabalho da escola e amordaçar a voz do professor e da professora. Para examinar os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso intolerante, bem como pelo contradiscurso foram acionados os níveis elementares, narrativos e discursivos do percurso gerativo de sentido para explicar como o sujeito intolerante age para desconstruir a imagem, os valores e a identidade do sujeito professor.

3. PERCURSO GERATIVO: OS PATAMARES DO SENTIDO

No nível fundamental, a análise foi empreendida sobre as categorias sintáticas e semânticas que congregam a base de oposição dos textos do ESP. Em tal nível, a oposição, a diferença são pilares de sustentação do discurso intolerante, não qualquer oposição ou diferença, mas aquelas em que traços comuns precisam existir para marcar distinção. No âmbito da análise do nível fundamental constatou-se que o ESP pratica intolerância ao professor e à professora à medida que identifica e rejeita valores opostos constituídos no trabalho docente. Além disso, a análise revelou que o discurso intolerante é uma construção decorrente da

oposição semântica: tolerância *versus* intolerância. Conforme Fiorin (2011, p.23), a sintaxe do nível fundamental é composta pela operação de negação e asserção de premissas (FIORIN, 2011, p.23). Nesse sentido, tolerância e intolerância formam um par indissociável no discurso do ESP.

No nível narrativo, um estado inicial é transformado em estado final. No discurso intolerante manifestado pelo ESP ao professor e à professora, o estado inicial compreende a intolerância, a transformação é a negação da intolerância e o estado final se configura como a tolerância reivindicada pelos sujeitos do contradiscurso proferido ao sujeito do ESP. Conforme Fiorin (2011, p.29), os textos são compostos por enunciados complexos de fazer e de ser organizados hierarquicamente. Na sintaxe do nível narrativo, são estruturados na forma, segundo a qual, o autor denomina como *sequência canônica*, que compreende as fases de manipulação, competência, *performance* e sanção. Neste patamar, o qual examinou a narrativa da intolerância ao professor e à professora, houve mobilização das quatro fases do esquema canônico, cuja conclusão revelou que tal narrativa sanciona o professor e a professora como inimigos.

No âmbito semântico do nível narrativo, são considerados os valores inscritos nos objetos, que podem ser definidos por meio de dois tipos: *os modais*, constituídos pelo querer, pelo dever, pelo saber e pelo poder fazer, que promovem a transformação principal de mudança do estado inicial; e *os objetos de valor*, os quais correspondem à categoria que realiza a mudança para o estado final. Em relação a narrativa da intolerância manifestada pelo ESP ao professor e à professora, o objeto modal é, neste caso, a imposição (o poder-impor) da intolerância, uma vez que ela é praticada pelo sujeito do ESP para obter o objeto de valor desejado: a pretensa exigência de neutralidade do professor e da professora. Sob forma de engodo, o discurso do ESP esconde sua politização à direita e transforma a escola em palco de disputa atravessada pela ameaça e pela violência, construindo no imaginário a figura do professor e da professora como inimigos a serem controlados sob rédeas curtas.

O nível da sintaxe discursiva caracteriza-se por ser o lugar em que se revelam, pela sua sintaxe, as propriedades da enunciação e, pela sua semântica, os valores que imprimem sentido ao texto. Na sintaxe discursiva, são organizadas as categorias de sujeitos do discurso, o espaço,

o tempo, os atores, os temas, bem como as figuras que compõem o discurso. No universo do ESP, o enunciador projeta-se em terceira pessoa, marcado pelo debreante actancial enuncivo “ele” em referência às denominações “a escola”, “o professor”, “o aluno”, “a doutrinação”, “a ideologia” etc., pelo debreante temporal enuncivo “então” sempre marcado pelo tempo futuro “o professor não se aproveitará”, “o professor não favorecerá”, “o professor respeitará”, “o professor não permitirá” etc. e pelo debreante espacial enuncivo “alhores” em referência aos lugares “na escola”, “na universidade”, “na sala de aula”, etc. Assim, o discurso intolerante é construído por um sujeito situado no tempo e espaço do distanciamento, viabilizando, assim, a difusão de imposição, cerceamento, hostilização, ameaça, criminalização e sanção ao professor e à professora.

No âmbito da semântica discursiva, os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos. O professor e a professora, nesse processo, são figurativizados pelo discurso intolerante proferido pelo ESP, como doutrinadores, persuasores, aliciadores dos estudantes quando expõe temas de cunhos políticos, ideológicos, partidários, religiosos e de gênero. Isso nos leva a depreender que o propósito do ESP é, sem dúvida, promover o cerceamento do sujeito professor para impor limites ao seu discurso e a sua práxis, sobretudo, quando figurativiza-o como um vilão das cenas ideológicas narradas na escola e na universidade ou como um demônio que induz os discentes a imoralidade, a descrença religiosa e a prática sexual precoce. Além disso, o ESP defende a extinção da ideologia que norteia os discursos e as práticas dos docentes, ignorando a lógica de que seria inconcebível desideologizar a escola e a universidade, assim como seria ininteligível mudar a ideologia do professor e da professora.

O sujeito do ESP é motivado pela paixão malevolente, a qual rege o discurso intolerante aplicado para rotular o professor e a professora como doutrinadores e abominá-los como inimigos, e, ao mesmo tempo, é um sujeito movido pela paixão benevolente aos seus congêneres ou iguais, aos que são destinadores da ideologia conservadora, que defendem uma política de neutralidade do professor e da professora em sala de aula, ou em caso mais extremo, que querem o professor e a professora amordaçados para não provocarem danos aos seus sistemas de valores. Assim, o discurso intolerante é um discurso de sanção negativa aos sujeitos

diferentes que não se enquadram aos padrões contratuais ou pactos sociais dos sujeitos que são convencionados como iguais. Nessa perspectiva, tal discurso opera-se pelo regime da triagem e da segregação.

4. TEMATIZAÇÃO E FIGURATIVIZAÇÃO: A IMAGEM DO PROFESSOR E DA PROFESSORA CONSTRUÍDA PELO DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO

A construção da imagem do outro se dá por meio do funcionamento de uma rede de temas e figuras discursivas criadas ou recriadas pelo sujeito que age para (des)figurar a representação do outro. Logicamente, quem detém maior poder político, econômico, científico, cultural e usufrui de influências e privilégios tem maior artifícios para tematizar ou figurativizar positiva ou negativamente a imagem e/ou discurso do outro a partir de suas filiações ideológicas (FIORIN, 1990). Conforme Greimas e Courtés (1979), a noção de tema refere-se ao revestimento semântico que recobre as relações entre os actantes do nível narrativo. Tal revestimento se caracteriza por designar elementos que não estão presentes no mundo natural.

Conforme Fiorin (2011, p. 74), “percurso temático é um conjunto de lexemas abstratos, que manifesta um tema mais geral. Os percursos temáticos devem manter uma coerência interna”. Quando isso não ocorre, o texto torna-se contraditório. O percurso temático promove “sentido ao figurativo e o nível narrativo ilumina o temático. A tematização pode ser manifestada diretamente, sem a cobertura figurativa. Temos então os textos temáticos. No entanto, não há texto figurativo que não tenha um nível temático subjacente” (FIORIN, 2011, p. 94).

A tematização garante a transformação da semântica narrativa em semântica discursiva. Segundo Greimas e Courtés (1979, p. 496), “no quadro da semântica discursiva, o percurso temático é a manifestação isotópica, mas disseminada de um tema”. A tematização caracteriza-se pela formulação de valores de modo abstrato e pela organização desses temas em percursos que se constituem de recorrências de traços semânticos ou semas concebidos abstratamente. Os exames dos temas são realizados pela determinação de traços recorrentes, os quais promovem coerência ao discurso. A análise desse procedimento exige a consideração de dois aspectos,

quais sejam, a organização dos percursos temáticos em função da estruturação subjacente e as relações existentes entre tematização e figurativização.

Na semiótica discursiva, o nível figurativo configura-se por meio do lexema figurativização ou figuratividade. Figurativizar consiste em trazer uma imagem para representar as experiências vividas. A figuratividade reveste os signos com marcas das lembranças sensoriais, estando assim relacionada com as nossas experiências e a nossa cultura. Segundo Bertrand (2003, p. 154), a figuratividade produz e restitui parcialmente significações análogas às de nossas experiências perceptivas mais concretas e permite tornar sensível a realidade sensível: uma imagem do mundo se delinea, instando tempo, espaço, objetos e valores.

Para a semiótica discursiva, o conceito de figuratividade foi estendido a todas as linguagens, tanto verbais quanto não verbais, para designar esta propriedade que as linguagens têm em comum de produzir o efeito de sentido que remete à noção de efeito de realidade. A figuratividade de um texto não remete o enunciatário apenas a uma imagem do mundo, reconhecível como objeto, de um tempo e espaço definidos, que representa de maneira sutil os valores veiculados pelo texto, ela também atribui novos sentidos aos textos, aos objetos e aos sujeitos com finalidade de qualificá-los eufóricamente ou disforicamente e, assim, recriar outras representações para tais unidades de sentidos.

Os textos figurativos criam um efeito de realidade, ao construir um simulacro⁴ do real e ao representá-lo. Nessa lógica, ao analisá-los, precisa-se descobrir o tema subjacente às figuras, já que o sentido delas depende da concretização de um tema. “A semântica discursiva descreve e explica a conversão dos percursos narrativos em percursos temáticos e seu posterior revestimento figurativo” (BARROS, 2002, p. 113). Para isso, os percursos figurativos devem manter uma coerência interna, para garantir o efeito de sentido, porém, é possível que haja uma quebra de coerência. Para tanto, segundo Pietroforte (2008, p. 60), “por meio da linguagem, a cena enunciativa é construída e dada a se desenvolver; as figuras do discurso, literário ou não,

⁴Conforme Greimas e Courtés (1979, p. 206), o lexema simulacro apresenta duas acepções em semiótica discursiva. A primeira corresponde a um sinônimo de modelo. Nestes termos, a teoria semiótica é um simulacro, um modelo, de produção e interpretação do sentido. Na segunda acepção, o termo serve “para designar o tipo de figuras, com o componente modal e temático, por meio das quais os actantes da enunciação se deixam mutuamente apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado”.

aparecem sempre em função de temas, com orientações ideológicas próprias, definidas conceitualmente no próprio discurso que as realiza”. No entanto, é no nível dos temas e das figuras que a ideologia se manifesta.

Para Fiorin (1990, p. 29), “ideologia é uma visão de mundo, um ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe justifica e explica a ordem social”. As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos. O discurso é o local em que emergem as significações e se constituem os sujeitos, afetados pelo sistema da língua e pela história. Há, no entanto, um processo de reciprocidade entre discurso e ideologia, a ideologia determina o discurso e o discurso representa e materializa a própria ideologia.

O sujeito, ao usar o seu discurso, além de marcar seu lugar social e temporal, também vem marcado por formações discursivas, uma vez que, por meio delas, ocorre a constituição do sentido e a identificação do sujeito. Os discursos que circulam no espaço social são submetidos à ordem do poder e, por isso, eles não se dissociam da ideologia. Assim, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Vale reiterar que umas das formas da concretização do sentido se dá por meio da figurativização e da tematização. Nesse processo, os temas são concretizados em figuras, atribuindo-lhes traços de revestimento sensorial. Por exemplo, o tema da liberdade pode ser figurativizado por meio de uma imagem em que estudantes aparecem, em diversão, trajados de calças jeans desbotadas e desfiadas nas pernas.

Os temas disseminam-se, de forma sintagmática ao longo do texto, formando percursos temáticos. São esses percursos que importam ao semioticista, uma vez que são eles que conferem ao texto um ou mais planos de leitura, conforme mostra o texto expresso na figura 1. Sem identificação autoral, encontra-se postada na página do ESP, no *Facebook*, pelo membro identificado como Pri Azevedo Bacco e em diversos outros canais e textos veiculados pelo ESP. O texto vem sendo reproduzido pelos articulistas e simpatizantes do ESP com o propósito de desconstruir, rejeitar, hostilizar e proibir a inclusão e discussão da temática de identidade de gênero e sexualidade na escola e na universidade. Com efeito, o texto reitera a imagem de

docente construída por meio de um encadeamento de figuras que constroem como destinador-programador a submeter os alunos e as alunas às suas convicções ideológicas.

Para início de análise, consideremos a sala de aula como espaço em que se articulam diferentes concepções de ensino-aprendizagem, que traduzem, conforme Landowski (2016) e Silva (2014), diferentes modos de interação. Ao preconizarem o professor ou a professora como supremo destinador, capaz de manipular de forma indelével a formação da consciência do estudante e da estudante, podemos pensar que, antes de preconizar o regime de manipulação o que se tem é o da programação (LANDOWSKI, 2014). Vale enfatizar que, o ESP aborda o professor ou professora em situação de sujeito programado e programador do fazer escolar, acusa-o de manipulador dos estudantes e das estudantes e, ao mesmo tempo, tenta, de forma coercitiva, reprogramá-lo para atuar como operador de uma suposta educação neutra.

Figura 1: Professor como doutrinator da identidade de gênero



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/artigos> Ensinar X Doutrinar

A temática da dominação do professor, da professora e da inculcação ideológica é exibida nesta charge (Fig. 1). Nela, temos a figura de uma professora, com os cabelos amarrados, usando os seguintes adereços: pulseiras, um pentagrama tatuado no braço (referência a um símbolo satânico), uma estrela vermelha no jaleco (símbolo do PT, Partido dos Trabalhadores) e um símbolo, abaixo da estrela vermelha, em alusão ao anarquismo.

Os dois sujeitos na cena encontram-se em posição vertical, mas a relação *alto* (professora) *versus baixo* (aluno) reitera pela expressão o conteúdo da dominação. Assim, o ator professora se coloca em posição de superioridade, capaz de submeter o aluno, em posição

de inferioridade. As feições agressivas, que figurativizam a imagem da professora, servem para desqualificá-la, apresentada praticamente como um monstro opressor, cujo discurso se traduz como lixo, ante um jovem estarecido, imobilizado, sem voz. Seu dizer é assim desqualificado, resumido a temáticas da esquerda (dada pela filiação traduzida nos símbolos que traz no corpo e no vestuário) e pelo que tem a suas costas: dizer excessivo sobre sexo, a minar os valores familiares e cristãos.

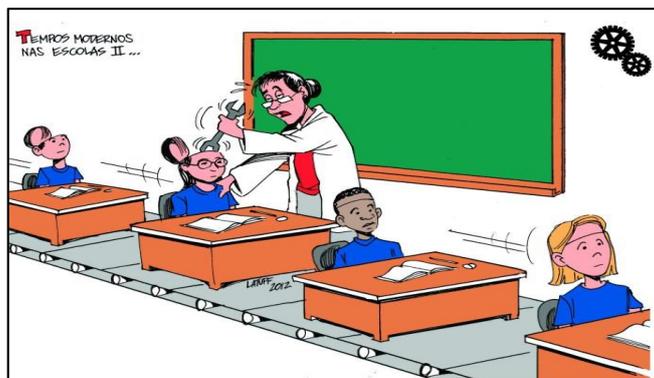
Os olhos da professora encontram-se encobertos por óculos de grau aparentemente forte, para, talvez, demonstrar a forma como a docente enxerga o mundo. Na dimensão lateral do jaleco aparece a expressão “escola pública”, ou seja, ela representa o professor e a professora da escola pública. A professora aborda uma criança que se encontra trajada com uma camisa ilustrada pela expressão “jovem inocente” e, em posição ereta, com olhos bem arregalados, como se estivesse hipnotizada ou paralisada. Sem a parte superior da cabeça, a professora vomita dentro do cérebro da criança uma substância, sobre a qual está escrito “lixo”. Ao lado dos dois sujeitos está expresso o seguinte texto: “Religião é para pessoas estúpidas... tudo o que você precisa é de sexo, sexo, sexo...”.

O texto, na sua forma integral, viabiliza fácil interpretação, considerando que a reprodução do efeito de hostilização, banalização e abominação quanto à imagem do professor e da professora apresenta impactos chocantes, uma vez que figurativiza a classe docente como monstro e a criança como humilde, inocente e passiva. Os articulistas do ESP, ao apropriarem desse texto, tiveram propósito de acentuar a inculcação de valores de gênero por eles denominados pelo termo “ideologia de gênero”.

Conforme o ESP, discutir gênero e sexualidade em sala de aula implica em incentivar os alunos e as alunas a abandonarem as crenças religiosas e despertá-los precocemente para sexo. Em busca de respaldo, o movimento tem utilizado questões dessa natureza para inibir ou proibir o professor e a professora de discutirem sobre identidade de gênero e sexualidade. Assim, a difusão desse texto pelo ESP tem como finalidade tematizar o professor e a professora como doutrinador de comportamentos não tolerados por aqueles que se autodenominam como iguais.

A charge, intitulada de “Tempos modernos na escola II”, expresso na figura 2, criado por Carlos Latuff, em 2012, tem sido recorrentemente utilizada em artigos jornalísticos e científicos para ilustrar a influência da política neoliberal na educação brasileira. Por meio desse modelo, a escola procura acomodar o sujeito em formação, ao mundo, sem se preocupar em desenvolver nele o espírito crítico, que duvida, investiga, cria e produz. O estudante, o qual tem sua formação intelectual negado por tal paradigma, é formado para se tornar instrumento de produção de mercadorias. Em outros textos, essa mesma charge vem sendo utilizado por articulistas e simpatizantes do ESP para sancionar o professor e a professora como doutrinadores/manipuladores. A leitura, portanto, vai sendo produzida pelos entornos do texto, estabelecendo uma rede de diálogos intertextuais.

Figura 2: Professor como operador no regime de produção fordista



Fonte: LATUFF (2012).

A figura 2 justapõe duas representações, a de uma escola (dada a presença do quadro, professora e alunos e alunas) e a da fábrica de modelo de produção fordista, com os alunos e alunas seguindo uma linha de montagem, como no filme de Chaplin (a que alude Latuff no título – *Tempos Modernos*⁵). Apresenta uma professora em sala de aula, trajada de jaleco branco e blusa vermelha, ajustando, com uma ferramenta, o interior da cabeça de seus alunos e alunas à medida que passam por ela em uma esteira rolante. Articulistas do ESP têm reproduzido esta charge em diversos canais midiáticos como forma de representar o professor e a professora

⁵ Produção dirigida pelo estadunidense Charlie Chaplin, em 1936.

como militantes de esquerda que aproveitam-nos da imaturidade ou ingenuidade do estudante para doutriná-lo a seguir suas convicções ideológicas, político-partidárias, morais e religiosas. No texto, “Professores ou doutrinadores”, ilustrado por esta charge, o blogueiro Edson Bahia, articulista do ESP afirma que “hoje está mais do que evidente que a esquerda brasileira dentro da sua metodologia para obter o poder não abre mão de usar a escola como ferramenta de doutrinação e recrutamento de adeptos” (LIMA, 2017).

Em outro texto denominado “Motivos para acabar com o MEC”, ilustrado pela charge *Tempos modernos na escola II*, publicado no Blog Jenifer Castilho, a blogueira, militante do ESP, diz que “o melhor nome para o MEC seria: Ministério da Educação Comunista porque, apesar de ser claro que educação é papel da família, o governo brasileiro vem tentando educar nossas crianças com seus valores e suas ideologias através de seus professores” (CASTILHO, 2017). No mesmo texto, Castilho acrescenta: “Não é à toa que o PT nomeou Paulo Freire como o patrono da educação brasileira. Um homem que dedicou sua vida a escrever livros que ensinam os professores a como fazer seus alunos e alunas se tornarem militantes para a causa marxista” (CASTILHO, 2017). Dessa forma, Castilho, ao apropriar-se da charge para ilustrar seu texto, tematiza a professora como doutrinadora, ainda que, na condição de operária na linha de montagem, possa ser considerada também mera “operadora”⁶, alienada pela ideologia “comunista” (LANDOWSKI, 2014).

Assim, o ESP age para naturalizar um discurso de intolerância veiculado por meio de imagens retorcidas do professor e da professora para criminalizá-los e, ao mesmo tempo, figurativizá-los como vilões para serem abominados por toda a sociedade. Nesse sentido, Barros (2002, p. 116) destaca que “a figurativização constitui um novo investimento semântico, pela instalação de figuras do conteúdo que se acrescentam, recobrando-o, ao *nível* abstrato dos temas”, e, além disso, produz, no texto, um efeito de realidade, visto que faz referência ao mundo natural. Os textos figurativos criam um efeito de sentido de verdade, porque constroem um simulacro da realidade.

⁶No regime de programação, conforme sistematizado por Landowski (2014), o sujeito é definido como mero operador. O termo comparece já no dicionário de Greimas e Courtés (1979).

Caso recente, apresentado por uma reportagem intitulada de “*Escola sem Partido intimida e persegue professores*”, publicada pela Revista Carta Capital *On-line*, no dia 02 de agosto de 2017, por Ana Luiza Basílio, destaca a exibição criminosa de imagens de professores e professoras que foram expostos por veículos de imprensa e redes sociais por iniciativas de articulistas do ESP. Os fatos ocorreram em cidades diferentes, porém todos decorridos no ano de 2017. Analisaremos, o caso do professor Pedro Mara, de Belfort Roxo (RJ), conforme destacam o recorte, a seguir, publicado pela referida revista:

Pedro Mara, professor da rede estadual do Rio de Janeiro e diretor do CIEP 210 Mario Alves de Souza Vieira, em Belfort Roxo, no Rio de Janeiro, certamente vem enfrentando o pior desafio de sua carreira docente. Em julho [2017], ele foi denunciado pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC) que formulou um vídeo, a partir de suas fotos pessoais, para acusá-lo de apologia às drogas, de manipulação com os estudantes e incentivo à baderna, como ocupação de escolas. Bolsonaro chegou a acionar o Ministério Público e pedir a exoneração do professor e cassação de seu mandato. O processo segue em andamento (BASÍLIO, 2017, p. 01).

Figura 3: Professor Pedro Mara, acusado, processado e perseguido pelo deputado Flávio Bolsonaro, de fazer apologia as drogas e incentivar os alunos e alunas a fazerem badernas.



Fonte: CARTA CAPITAL (2017).

Pedro Mara é formado em Ciências Sociais, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFJR), negro, militante sindical, morador de periferia, ativista de esquerda e defensor da legalização da maconha. Pedro não tem na sua identidade as cláusulas

de contrato requeridas pelo destinador ESP. Em função disso, ele tem todas funções públicas suspensas por consequências de um processo movido por agentes do estado em parceria com agentes do ESP. O destinador quer, de toda forma, descartar o docente da rede estadual de ensino para, com isso, silenciá-lo e, sobretudo, apagar sua representação. Para isso, o denunciante utilizou instrumentos acusatórios, persecutórios e opressivos para imobilizá-lo e deturpar sua imagem diante da sociedade carioca e, em específico, da comunidade escolar em que ele era lotado.

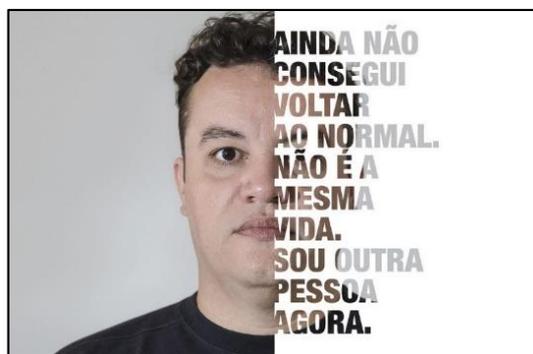
O acusador lançou a imagem de Pedro ao tribunal inquisitório da mídia e ainda o judicializou por crime de doutrinação ideológica para figurativizá-lo como um inimigo em ação dentro da escola. Por meio da figuratividade, uma representação pode simular, pelas suas figuras, a experiência sensível, podendo levar o enunciatário a tomá-lo como realidade, irrealidade ou até mesmo surrealidade (BERTRAND, 2003). No caso de Mara, o sancionador encena um espetáculo de narrativas hostis ao divulgar, sem nenhuma perícia, informações, imagens e acusações infundadas contra o docente. Com essa atitude, o acusador incrementa o escândalo de um para generalizar a intimidação a todos os professores e professoras do país. Usa, como exemplo, a punição de um suposto “cidadão do mal” para proteger ou garantir conforto a supostos “cidadãos do bem”.

O sujeito que expôs a imagem da professor Pedro Mara escolheu a forma figurativa com o valor pretendido para arquitetar o escândalo planejado a partir da influência do discurso reproduzido pelo ESP para desqualificar o professor e a professora da escola ou universidade pública. Para Barros (2011, p. 116), “o discurso figurativizado resulta da construção de sentido efetuada pelo sujeito da enunciação”. Nesse sentido, “o discurso não é a reprodução do real, mas a criação de efeitos de realidade”. Em busca disso, o destinador ESP parte de uma situação, simula astuciosamente efeito dessa realidade, para fazer o enunciatário crer e reproduzir discursivamente simulacros para construir imagens disfóricas do professor e da professora.

Em 2016, o professor Fernando Cesar Gouveia foi alvo de denúncia, exposição, hostilização por articulista do ESP. O fato foi judicializado e lançado nas redes sociais em 28 de junho de 2016, porém só foi documentado pela Revista Nova Escola, edição 311, ano 32, em abril de 2018. Na época, professor de História, no Instituto de Educação Estadual de

Londrina (IEEL), Fernando convidou uma ativista transexual e uma *drag queen* para o encerramento de um projeto sobre diversidade, direcionado para o combate à homofobia, com os alunos e alunas do Ensino Médio. A culminação do projeto foi filmada e enviada para o vereador filiado ao PRB Filipe Barros. Barros divulgou o vídeo em suas redes e acusou o professor, a *drag queen* e a transexual de protagonizarem um evento escolar com teor de excitação sexual para os/as menores de idade, tal como narra os trechos a seguir.

Figura 4: Professor Fernando César Gouveia, exposto e processado por convidar uma drag queen para uma atividade sobre diversidade



Fonte: SALAS (2018, s/p)

Os comentários agressivos e ameaçadores no vídeo levaram o educador a buscar acompanhamento psiquiátrico e psicológico. “Caí num quadro depressivo. Fiquei sem dormir quando veio o processo criminal, que finalmente acabou sendo arquivado”, afirma Fernando.

De fato, mesmo quando não dá em nada, o processo já é uma punição ao professor. (...) No caso de Fernando, o efeito da ação judicial foi devastador. “O trabalho pedagógico foi lindo e representativo, mas acabou destruído, teve esse fim apocalíptico”, opina. (SALAS, 2018, s/p)

Os/as articulistas e seguidores/as do ESP utilizaram as redes sociais para fazerem da imagem do professor Fernando Gouveia um espetáculo de hostilidade e difamação. O docente teve sua imagem exposta em decorrência de uma acusação não periciada e, em seguida, foi intimado a responder um processo sem amparo de lei, que, por lógica, foi julgado como improcedente. Antes de qualquer aferição sobre a conduta do professor, o denunciante usou um artifício que tem sido comum entre os articuladores/as do ESP, tal como, aplicar a punição por

meio da exposição da imagem e, ao mesmo tempo, estimular ofensivas disseminadas por adeptos do ESP que não toleram ver o professor e a professora como protagonistas de uma formação crítico-reflexiva.

O professor Fernando foi, por meio da denúncia efetuada pelo vereador Barros e da exposição da vida privada nas redes sociais, figurativizado como um aliciador de crianças quando colocou em discussão, em sala de aula, o combate à intolerância à diversidade sexual. Evidências estão nas palavras do vereador concedidas a reportagem da Nova Escola: “O professor diz combater a homofobia, mas vejo uma triste violação dos direitos da criança e do adolescente” (SALAS, 2018, s/p). O encadeamento das figuras as quais deram sentidos à exposição da imagem do docente construíram simulacros sofisticados que despertaram a intolerância e o ódio adormecidos no sujeito que sancionou o professor Fernando como um infrator o qual aguça prematuramente o desejo sexual dos estudantes.

Na Figura 4, o professor e a professora são representados por um corte: na metade à esquerda temos a imagem frontal de seu rosto, sobre um fundo neutro, com o olhar de frente para a câmera (e desse modo para o enunciatário) e a segunda metade, à direita, com sua face apagada sobre o fundo branco e pela sobreposição da inscrição em letras em caixa alta: “Ainda não consegui voltar ao normal. Não é a mesma vida. Sou outra pessoa agora”. Essa transição facial (visibilidade)/texto (apagamento) serve para construir no plano visual a narrativa de transformação do professor e da professora, reiterando o que está expresso no texto verbal. Após o intenso o ataque, o professor e a professora são outros. O discurso de ódio de que foi vítima agiu sobre sua subjetividade e sua identidade de sujeito professor.

Portanto, figurativizar o professor e a professora como vilões de todas as peças ideológicas encenadas na escola e/ou na universidade, e tematizá-los como inimigo da comunidade escolar e da sociedade é, no mínimo, forçar uma sociedade a caminhar para o declínio e retrocesso de desenvolvimento humano, social, cultural, econômico etc., e, conseqüentemente, abrir lacunas para a instauração do controle social, da opressão e até mesmo da barbárie. Da mesma forma que é legítimo considerar até um devaneio intelectual defender a neutralização ou extinção da ideologia que norteia os discursos e as práticas dos docentes, já que, segundo Barros (2002, p.28), assumindo a orientação baktiniana da semiótica (BAKHTIN,

2017), a ideologia é “uma visão de mundo” de que dispõe cada classe social e o “discurso é sempre ideológico”. Com essa lógica, seria desnecessário pautar a desideologização da escola, sem mudar o professor e a professora da classe a qual pertencem.

5. GÊNESE E ANÁLISE DO DISCURSO INTOLERANTE MANIFESTADO PELO ESCOLA SEM PARTIDO

A discussão sobre o discurso da intolerância iniciou, no Brasil, no final da década de 90 do século passado, por meio das pesquisas empreendidas por Diana Luz Pessoa de Barros (BARROS, 2002, 2005, 2007b, 2014, 2016a, 2016c, 2019). A semioticista tem mobilizado categorias centrais para o desenvolvimento de seus estudos a partir de duas linhas da semiótica atual, a da sociosemiótica, com os conceitos de *segregação* e *exclusão* desenvolvidos Eric Landowski (2002); e a da semiótica tensiva, principalmente mobilizando os conceitos de *triagem* e *mistura* formulados por Claude Zilberberg (2004, 2006b, 2007).

O regime de *exclusão* visa à negação explícita do outro. A rejeição se despe de qualquer desculpa eufêmica e direciona-se à eliminação das diferenças. Trata-se, pois, de “um gesto explicitamente passional que tende à negação do Outro enquanto tal” (LANDOWSKI, 2002, p. 09). Na *segregação* há uma aversão pelas misturas entre polos considerados distintos, “as atitudes segregativas têm, de fato, por princípio, ficar, se é que se pode falar assim, *menos* disjuntivas do que seria possível em teoria, ou mesmo na prática” (LANDOWSKI, 2002, p. 17). A *segregação* carrega em si, de modo profundo, a dualidade “que tentamos caracterizar entre *impossibilidade de assimilar* – e, portanto, de tratar o Outro realmente “como todo mundo” – e a *recusa de excluir* (LANDOWSKI, 2002, p. 17).

Na semiótica tensiva, Zilberberg (2004, 2006b e 2007) faz distinção de duas dimensões no discurso: a da intensidade ou do sensível, que constitui os estados de alma, e a da extensidade ou do inteligível, que configura os estados das coisas. A dimensão da intensidade rege a da extensidade, ou seja, o sensível rege o inteligível. Na dimensão da extensidade, a sintaxe opera por *triagem* e *mistura*. A *mistura* opera sobre a *triagem*, aumentando a difusão e a impureza, e a *triagem* desfaz a mistura, agindo em direção à concentração e à pureza. Assim, Zilberberg

(2004), ao tratar das operações sintáticas de *triagem* e *mistura*, aponta os limites extremos da *triagem*, em que ocorrem as formas mais violentas de intolerância.

Ao se apropriar dos conceitos de *triagem* e de *mistura* advindos da semiótica tensiva de Zilberberg, bem como dos conceitos de *segregação* e *exclusão* desenvolvidos Eric Landowski, Barros (2009, 2011, 2014, 2016) “organiza uma sintaxe dos discursos de intolerância, compreendendo-se como sintaxe a identificação das regularidades que circunscrevem o modo de funcionamento dos discursos intolerantes” (SILVA, 2017, p. 4). Nesse sentido, um discurso considerado como intolerante é aquele que, de certa forma, manifesta ou estimula a violência, agride os valores e a existência de outrem. Conforme Barros (2011), o discurso intolerante sempre encontra justificativas para suas práticas e discursos. Os conflitos são resultado do modo diferente do outro, da incompatibilidade de suas práticas em relação ao que se acredita ser o certo ou melhor. Os sujeitos intolerantes são sempre apaixonados, adepto dos valores morais vigentes da sociedade ou grupo o qual fazem parte.

Para Barros (2011), os discursos intolerantes não configuram um gênero textual ou discursivo, uma vez que para conceituar um gênero é vital a estabilidade de composição, de temática e de estilo, no domínio de uma dada esfera de ação (religiosa, midiática, escolar, familiar, profissional etc.). Os discursos intolerantes se integram as diversas esferas de ação ou mesmo de todas, e têm composição e estilos também diferentes, que só podem ser classificados tematicamente, isto é, pela organização do plano do conteúdo. Isso significa que há discursos intolerantes no âmbito da política, da religião, da família, etc. materializados em gêneros diversos, por exemplo: notícias, sermões, piadas, charges, discursos de campanhas políticas, bate-papo, comentários de leitores em jornais e sítios eletrônicos, bem como de diferentes tipos: narrativo, descritivo, argumentativo entre outros (BARROS, 2011, p. 255).

Conforme Barros (2016, p.255), o discurso intolerante pode ser apreendido por meio de quatro tipos de procedimentos de análise, os quais elegemos como ferramentas de análise do discurso proferido pelo ESP: os de organização da narrativa, sobretudo do percurso da sanção; os de constituição dos percursos passionais, com base nos estudos da modalização, da aspectualização e da moralização discursivas; os de elaboração dos temas e das figuras semânticas do discurso, que mais claramente expõem suas determinações ideológicas

inconscientes; os de formação da organização geral do discurso, na perspectiva de sua tensividade. Embora não empregaremos esse último como ferramenta de análise neste texto, em razão de o *corpus* não acionar análise de tal procedimento.

No primeiro, examinamos a organização narrativa dos discursos intolerantes como *discursos de sanção*, em que o sujeito do ESP sanciona negativamente o destinatário professor e professora por não cumprirem o pacto social de ensinar conforme interesses político e ideológico da classe dominante-conservadora. O professor ou a professora é concebido pelo destinador ESP como um sujeito da resistência que se dedica a ensinar e despertar os estudantes para os saberes progressistas. Em razão disso, o professor e a professora devem ser punidos, ou até mesmo, eliminados, como narra uma carta anônima, difusora de ameaças, enviada por articulistas do ESP aos professores e estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

A carta expõe a imagem, hostiliza e faz ameaças a uma lista de docentes e discentes que, para o destinador, quebram o pacto social que deveria ser cumprido naquela universidade. Nesse sentido, a carta reproduz um discurso de um sujeito que se esconde atrás do anonimato e não assume responsabilidade sobre o que diz. Na perspectiva da organização narrativa, “o discurso intolerante é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados como maus cumpridores de certos contratos sociais” (BARROS, 2011, 2014, 2016). Na carta, os sujeitos sancionados quebram contratos por não serem democráticos, capitalistas, heterossexuais, direitista, moralista, preservadores da fé cristã e contra o uso de drogas. Tais sujeitos foram sancionados, através da carta, por terem sido reconhecidos como maus atores sociais: antidemocráticos, comunistas, homossexuais, esquerdistas, doutrinadores, feministas, negros, defensores dos usuários de drogas e por ameaçar os bons costumes segundo uma pretensa moral cristã. Por isso, então, receberam como punição ameaças de serem banidos da universidade.

O texto da carta trata de uma ofensiva contra a ruptura de contrato social que ocorre na Universidade Federal de Pernambuco, ocasionada, segundo o destinador do documento, por docentes e discentes, que põem em risco a identidade da instituição. Além disso, o texto justifica as sanções que serão atribuídas aos docentes e discente, com a posse do presidente Jair Bolsonaro (“O MITO VEM AÍ!”). O texto é vetor de intolerância e preconceito extremista a

professores, a professoras e estudantes envolvidos em causas das minorias mais vulneráveis dentro e fora da universidade. O autor da carta é mensageiro de intolerância e preconceito disseminados pela proposta que tenta redefinir o espaço em que atua como universidade sem partido. O destinatário da carta se resguarda no anonimato para desqualificar, hostilizar, expor e punir com a exclusão o destinatário sujeito que provoca a ruptura do pacto social na universidade.

Na ótica da organização narrativa, os discursos intolerantes e preconceituosos consideram o/a diferente como aquele que rompe acordos sociais, que profana o grupo em que está envolvido. No caso da carta, são temidos, não tolerados, odiados, sancionados negativamente e punidos os supostos doutrinadores, marxistas, comunistas, esquerdistas, feministas, homossexuais, lésbicas e usuários de drogas que rompem com os que se autodenominam iguais, num processo, portanto, de triagem da triagem, conforme Zilberberg (2007) ou de segregação e exclusão (LANDOWSKI, 2002). Para a aceitação social das diferenças, é preciso que os discursos sejam elaborados com narrativas contrárias aos dos discursos intolerantes e preconceituosos: os contratos narrativos devem ser os de diversidade política e partidária, de multilinguismo, de mestiçagem, de diversidade sexual, de pluralidade religiosa, de diversidade de saberes etc. Enfim, as paixões benevolentes sentidas pelos iguais precisam ser estendidas aos diferentes (BARROS, 2019).

No segundo, analisamos o discurso intolerante motivado pelo *medo e ódio* ao professor e à professora, mediante, principalmente, a falácia de que estes são doutrinadores por incutirem aos estudantes orientação homossexual, marxista, gramscista, freiriano, comunista, socialista, petista, esquerdista, ateu etc. Diante de tal perspectiva, o sujeito do discurso intolerante age impulsionado pelas paixões do medo e do ódio para conter o trabalho do professor e da professora por considerá-los descumpridores dos pactos sociais que lhe pode ocasionar danos materiais ou morais. Exemplo disso, ocorreu com a professora da Unicamp, Cynthia Neves, ameaçada de morte por um pai de estudante que a acusou de incitar desejos sexuais ao seu filho por meio de textos discutidos em sala de aula.

O fato foi matéria publicada pelo G1 da regional Campinas, em dia 8 de dezembro de 2017. Na reportagem a professora Cynthia reproduziu as palavras dita pelo ameaçador: “Disse

que não estava brincando, que conhecia a minha rotina. E que, segundo ele, era um criminoso, que já tinha sido preso e que não custava nada cometer outro crime. Isso num tom de voz alterado. [...] Fiquei bastante apavorada” (TEIXEIRA, 2017). A Universidade publicou uma moção de repúdio e solidariedade à docente, e a professora registrou boletim de ocorrência no 7º Distrito Policial de Campinas e decidiu se afastar por um mês até que se sentisse mais segura para voltar às aulas. A docente retomou à aplicação da disciplina no mês seguinte, sob proteção de segurança da instituição. A denúncia continua em processo de investigação, porém o nome do criminoso não foi divulgado.

O ameaçador agiu intolerantemente para conter a professora de sua liberdade de escolher e ensinar os conteúdos da disciplina de Leitura e Produção de Texto Acadêmico II. Movido pelo ódio, ele usou, bruta e violentamente, como punição, a ameaça de morte contra a docente. Conforme ele advertiu, por meio da ligação telefônica, aplicar conteúdos ao seu filho por meio de textos que discutem sobre sexualidade estaria lhe ocasionando danos, tal como a desmotivação para o estudante continuar cursando a disciplina ou outras perdas não declaradas, relacionadas aos bons costumes ou à moralização social. Para Barros (2019, p. 13), “o ódio resulta da interpretação pelo intolerante de que o sujeito odiado não cumpriu certos contratos sociais e é culpado pelos males que o intolerante e a sociedade de que faz parte sofrem”.

O sujeito ameaçador parte de um estado inicial de espera confiante, em que quer obter certos valores e acredita que o sujeito professor fará com que ele os consiga. Ao tomar conhecimento de que isso não acontecerá, ou seja, de que aquele em quem confiou não fará com que ele alcance os valores desejados ou mesmo fará com que ele não os obtenha, o sujeito sofre as paixões da decepção e da frustração e, com o crescimento da tensão, chega-se ao medo de o filho ser influenciado por algo indesejável relacionado a discussão sobre sexualidade. Sem os valores almejados e em crise de confiança, o sujeito intolerante procurou resolver sua perda através de ameaça de tirar a vida da professora. No entanto, o sujeito do ódio em relação a professora que supostamente expõe imoralidade ao abordar o tema sexualidade é também o sujeito do amor ao filho que protege de influências promiscuas.

No terceiro, o sujeito professor é submetido à oposição semântica fundamental marcada entre igualdade ou identidade e diferença ou alteridade. Nesse quadro, os discursos intolerantes

se constituem também por meio *temas e figuras* a partir da oposição semântica fundamental entre a igualdade ou identidade e a diferença ou alteridade, e, com base nisso, constroem quatro percursos temáticos e figurativos mais frequentes: o da animalização e desumanização do “outro”; o da “anormalidade” do diferente; o do caráter doentio e esteticamente condenável da diferença; o da imoralidade do “outro” (BARROS, 2014, p. 09). Vale ressaltar que os temas e as figuras fazem parte do nível mais superficial do discurso e, como são variáveis, são determinados sócio-historicamente, portanto, criam, nos discursos, possibilidades de interpretação do mundo, em conformidade com as classes, grupos em que estão inseridos, o que faz com que determinem o caráter ideológico dos discursos.

Conforme Barros (2011, p. 264), “temas e figuras constituem o nível semântico dos discursos: os temas são os conteúdos semânticos tratados de forma abstrata, e as figuras, o investimento semântico-sensorial dos temas”. A partir dessa lógica, temas e figuras são ferramentas de exame do discurso intolerante manifestado contra o sujeito professor por ter uma posição social assegurada pelo saber, porém a classe docente se encontra na esfera do diferente. A separação entre o semelhante e o diferente ocorre em um nível mais concreto da análise, em que são definidos as figuras e os temas, as quais refletem a oposição semântica fundamental entre identidade e alteridade. Mediante ao tema da animalização, o discurso intolerante confere ao diferente “traços físicos e características comportamentais de animais, desumanizando-o”, ou seja, “o ‘diferente’ perde os atributos de ser humano” (BARROS, 2011, p.264-265).

Segundo Barros (2011, p. 265), “esse tema, embora mais frequente nos discursos racistas em relação ao negro, aparece em todos os tipos de discursos racistas, mas também em outros discursos intolerantes”, como, por exemplo, nos de discriminação. Um caso de ofensas raciais foram proferidos por estudantes aos professores Juarez Xavier. Vale ressaltar que esse estudante não é membro nem articulista do movimento ESP, porém, parecem ter agido contra os professores por motivação desse movimento que tem se expandido de forma acelerada nas escolas e universidades. Juarez Xavier é negro, professor do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru e coordenador do Núcleo Negro Unesp para a Pesquisa e Extensão (Nupe).

Em reportagem veiculada pelo G1, Bauru e Marília, em 21 de novembro de 2019, Juarez Xavier declarou que foi chamado de “macaco”, no Dia da Consciência Negra, quando caminhava em uma rua de Bauru (SP). Ao tomar satisfação em relação ao tratamento, o agressor o feriu com golpes de canivete. O professor foi encaminhado para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade, medicado e liberado porque as perfurações foram consideradas leves. O agressor foi imediatamente preso, porém solto mediante pagamento de fiança no valor de mil reais. Na mesma reportagem, Xavier relatou que sua primeira experiência como vítima de racismo ocorreu em 2015, quando foi encontrado em uma porta de banheiro da Unesp Bauru o seguinte ofensa: “Juarez macaco”.

O professor Juarez Xavier foi tomado por um discurso intolerante e preconceituoso construído por meio temas e figuras que os colocam na condição animalizada de macacos. Nessa perspectiva, temas e figuras são mobilizados de acordo com a construção do diferente e, muitas vezes, utilizados para desumanizar ou animalizar o outro. Visto que, os discursos de ofensas raciais são, sobretudo, discursos apaixonados, ressentidos sob o ponto de vista da ruptura de contratos sociais pré-estabelecidos entre o igual e o diferente. Assim, o discurso instaurado na oposição semântica entre a identidade do sujeito intolerante e a alteridade do sujeito intolerado, em que o primeiro se coloca no direito de poder animalizar ou desumanizar o segundo como forma de desconstruí-lo, é uma forma de nutrir desarmonia social.

Na segunda categoria de percurso temático e figurativo, o discurso intolerante constitui-se através da “*anormalidade*’ do diferente que é e age contra a ‘natureza’” (BARROS, 2014, p. 09), como, por exemplo, nos casos de homofobia, que têm crescido em nível preocupante, sobretudo, depois que o ESP começou a difundir sua proposta que proíbe a discussão sobre sexualidade e ideologia de gênero na escola. Um caso de intolerância homofóbica foi manifestada por uma mãe de um estudante da Escola Municipal Professora Dolores Krauss, em 2019, em Gaspar (SC), contra o professor Lodemar Schmitt, que, na época disputava eleição para diretor escolar. Conforme Danúbia de Souza, do jornal O município, a mãe se manifestou contra a participação do professor por ele ser homossexual.

O sujeito intolerante interpela o outro, o professor, pelo aspecto da anormalidade. Para alcançar o propósito desejado, o sujeito expõe-no e hostiliza-o em rede social a ponto da vítima

revelar que, com mais de 25 anos de profissão como professor de matemática e física, já passou por diversos episódios de preconceito, mas nunca algo tão evidente como a campanha mobilizada pela mãe do estudante (SOUZA, 2019). O discurso intolerante aborda o professor como “anormal”, afetado pela opção de ser homossexual (“Ele é afetadíssimo”), diferente do heterossexual. “Os iguais, ao contrário, são “naturalizados” e considerados “normais”” (BARROS, 2011, p. 265). Quando a mãe diz: “Eu só não queria que as crianças, tão precocemente, tivessem contato com esse tipo de pessoa”, ela não aceita uma quebra de contrato que contraria a ordem dos normais ou iguais.

No terceiro tipo de percurso temático e figurativo, o discurso intolerante age através do *caráter doentio* e esteticamente condenável da diferença. “Nesse percurso, o diferente é considerado como doente e como louco, em oposição aos sadios de corpo e mente, e, enquanto “doente”, também como feio” (BARROS, 2014, p. 09). Um caso, por exemplo, que repercutiu em âmbito regional, ocorreu em um concurso público realizado pelo Estado de São Paulo, em 2014. A professora Mariana Justulin, de Bariri (SP), foi aprovada nas provas escrita, didática e de formação e reprovada em perícia médica, por estar com o Índice de Massa Corporal (IMC) acima de 40, o que é considerado obesidade mórbida. Vale evidenciar que a reprovação da docente não tem vínculo direto com a proposta do ESP, mas tem relação com ações de intolerância praticadas contra professores e professoras por influências desse movimento.

Em entrevista concedida ao G1, a professora alegou que foi impedida de tomar posse por ser gorda, com base em critério que não constava especificado no edital. O documento exigia apenas que os candidatos gozassem de boa saúde G1 (2016). Ela, então, entrou com ação na Justiça e conseguiu, em 1ª primeira instância, o direito de tomar posse. A docente foi lesada por uma intolerância institucionalizada, porém sem amparo de lei. Por sobrepeso, a professora foi avaliada, pela perícia, como doente e enquadrada no caráter doentio da diferença, tanto do ponto de vista físico como estético. Nessa perspectiva, Barros (2016, p. 03) explica que “o diferente é considerado como doente, como ignorante, pouco inteligente e enquanto “doente”, como feio, em oposição aos sadios de corpo e mente”. Segunda a mesa autora, “a doença é encarada como algo vergonhoso, de que o doente deve sentir-se também culpado. Ao tema da saúde, somam-se, muitas vezes, características do discurso estético” (BARROS, 2011, p. 266).

No último tipo de percurso temático e figurativo, o discurso intolerante se dá por meio da *imoralidade* e falta de ética supostamente praticada pelo diferente. Uma ação de intolerância, relacionado a esse percurso, atingiu Daniel Macedo, professor da disciplina de Educação Física, na Escola Estadual Lucilo José Ribeiro, na cidade de São José da Tapera, em Alagoas. O docente foi designado pela coordenação da escola para desenvolver o projeto “Diário de gente – Sexualidade e Gênero”. Conforme Niviane Rodrigues, do portal Gazetaweb.com, ao colocar o projeto em prática - com o objetivo de conhecer os conceitos relacionados a sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, assim como sensibilizar a comunidade escolar e a família para coibir comportamentos de preconceito e discriminação – Daniel sofreu imediatamente sanções extremas veiculadas em rede sociais por simpatizantes do ESP e por um deputado estadual alagoano.

A culminação do projeto coordenado pelo professor Daniel Macedo confronta com o pensamento político-conservador guiado pela moralidade e ética religiosa, bem como afronta as teses do movimento ESP que defendem limitação das atribuições do trabalho e da profissão docente. O trabalho do professor Daniel foi tematizado e figurativizado como imoral e sem ética por sujeitos conservadores e extremistas que reivindicam atuação do professor comprometido com a preservação das convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas da família tradicional. Para tais sujeitos é intolerável promover formação escolar que inclui temas da sexualidade e identidade de gênero, uma vez que é imoral, profano e promíscuo discutir com estudantes sobre sexualidade, heterossexualidade e homossexualidade. Nessa perspectiva, o professor a professora são considerados pelo discurso intolerante como aquele que rompe pactos e acordos sociais por ensinar imoralidade. Em nome disso, atualiza o preconceito, característica da segregação que pode levar, em última instância, à morte do outro, suprema exclusão.

Destinador de uma pauta obscura, o ESP rompe com o discurso da verdade instituída, o qual figurativiza o professor como um sujeito mediador da formação do cidadão e mestre dos saberes, para legitimar uma verdade construída sob fundamento de um discurso intolerante que busca naturalizar a imagem do professor e da professora como de um vilão de todos os contratempos que ocorrem na percurso de formação das crianças e jovens. Nesse sentido, para

Greimas (1976, p. 08) “na época de manipulação em que vivemos, a distância entre a verdade e a certeza, entre o saber e o crer, é particularmente visível”, ou seja, o cético homem contemporâneo deixar-se-ia manipular por discursos políticos, religiosos, ideológicos, publicitários nos quais passa a crer, como uma espécie de refém acrítico. Contudo, essa crença tem bases frágeis, o que a torna efêmera e relativa, porque se pode crer no que o texto diz, porém não se pode saber se o é verdadeiro. Logo, certeza e verdade, são representações de difícil, mas inevitável coexistência (SILVA, 2019).

6. CONCLUSÕES

Ao pregar a despolitização da escola, o ESP impõe sua política de inspiração fascista. Suas ações, a despeito de não encontrarem abrigo legal, concorrem para o adoecimento de professores, demissões, intimidações, transformando aos olhos da população a escola em lugar de ameaça a supostos valores “tradicionais”. Sem temor de enunciar o preconceito, opera a favor da exclusão e, mesmo, da morte do diferente. É a política da triagem, a que trouxe, ao longo da história, sucessões de golpes e genocídios. Concebendo a escola/universidade como lugar de reprodução dos valores da classe dominante, o ESP opera pela censura e pela condenação. Tão mais encontra espaço quanto mais se vale do discurso inflamado calcado no medo do diferente. Traduz, enfim, a imposição monológica, característica de toda ditadura. Só vale na escola, assim, a política que opera a seu favor.

Na tentativa de impor o regime de neutralidade ao professor à professora por meio de lei, o ESP se configura como um movimento político que se vale da intolerância para desconstruir a identidade, os valores e a imagem do sujeito professor. Para tanto, a implementação de uma ESP impulsiona a impotência do professor e da professora, sobretudo, porque tal mecanismo tem, na sua essência, o apreço pelo incentivo à denúncia, delação e repressão no espaço escolar. Dessa forma, ao se mobilizar para implementar um controle ideológico com poder de sancionar a prática docente, esse movimento opta pela ordem de vigiar e punir. Visto que as evidências desse discurso intolerante foram confirmadas por meio de

análise semiótica de textos produzidos pelo ESP ou por articulistas e simpatizantes que defendem instauração da proposta desse movimento nas escolas brasileiras.

Na tarefa de justificar seus propósitos, o ESP insiste em sustentar um mito de que a educação escolar tem que ser neutra e, além disso, desconsidera a premissa de que nenhuma forma de conhecimento produzido é neutro ou imparcial. Tal iniciativa ganhou simpatia de representantes das instâncias legislativas cujo propósito central deles configura-se em defender interesses políticos específicos da classe dominante. Para isso, esses parlamentares querem criar legalidade para censurar e perseguir os professores e as professoras mais críticas ou militantes de alguma causa, na sequência instaurarem uma escola de pensamento único alinhada à moral e aos bons costumes e, finalmente, retirarem do sistema de ensino todo caráter de questionamento às normas impostas pela sociedade capitalista. Assim, essa bancada avança para conter o potencial ativo de uma juventude mais politizada e mais esclarecida que frequentou ou frequenta a escola e a universidade.

Dessa forma, o movimento ESP busca legitimidade para proibir debates sobre as temáticas que divergem dos ideais políticos de representantes de segmentos que defendem o dogmatismo religioso cristão e tem devoção pela chamada família tradicional brasileira. Como a sala de aula é um espaço de respeito e liberdade, não pode ser confundida com cela de aula: lugar de intimidação e censura de todos os níveis. Nesse sentido, constituir regras para o debate de determinados assunto significa negar diferentes visões de mundo a jovens em pleno exercício de sua formação. Os professores e as professoras, os estudantes e as estudantes, os pais, as mães e as entidades educativas precisam ficar atentas para a necessidade de criar uma rede de enfrentamento a esses ataques a escola e, concomitantemente, contar sempre com o STF para inviabilizar as investidas desse movimento.

Finalmente, vale enfatizar que as categorias semióticas mobilizadas neste artigo tiveram como papel tomar partido de uma pauta política, que tem como objeto de investigação o discurso intolerante construído pelo ESP para rotular o professor e a professora de doutrinadores, hostilizá-los, ameaçá-los e, ao mesmo tempo, exigir que estes pratiquem uma suposta neutralidade ideológica, política, religiosa, partidária e de identidade de gênero em sala de aula. A análise nos revelou que o ESP não só se vale da intolerância para impor ao professor

e à professora obrigação de serem neutros, como também age de propósito para figurativizá-los como vilões ou inimigos dos pais e da sociedade em geral e, assim, munir-se de justificativa para desconstruir o modelo de escola e de universidade pública vigente para instaurá-las conforme os interesses aspirados pela classe dominante conservadora, ainda que tal movimento encontra-se sem validade constitucional por determinação do Supremo Tribunal Federal.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grilo; Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Ed. 34, 2017.

BARROS, Diana L. P. de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas / FLLCH / USP, 2002.

BARROS, Diana L. P. de. A construção discursiva de discursos intolerantes. In: **Preconceito e Intolerância-reflexões linguístico-discursivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. O discurso intolerante na internet: enunciação e interação. In: **XVII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina**. (ALFAL), 2014, João Pessoa. Anais eletrônicos. João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0716-1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

BARROS, Diana. L. P. de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos** – (58.1), Campinas, pp. 7-24 - jan./abr. 2016a.

BARROS, Diana. L. P. de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino/aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos** [on-line]. Volume 15. São Paulo, dezembro de 2019. p. 1-14. Disponível em: www.revistas.usp.br/esse. Acesso em: 10 jan. 2020.

BASÍLIO, Ana Luiza. Escola sem Partido intimida e persegue professores. **Carta Capital**. São Paulo, 2 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escolasem-partido-intimida-e-persegue-professores/>. Acesso em: 4 set. 2019.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru, SP: EdUSC, 2003.

CARTA CAPITAL. “Escola sem Partido intimida e persegue professores”. São Paulo, 4 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. 2014. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em 8 de abr. 2016.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

G1. Professora impedida de dar aulas por causa do peso ganha ação na Justiça. São Paulo, 30 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/06/professoraimpedida-de-dar-aulas-por-causa-do-peso-ganha-acao-na-justica.html>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GREIMAS, Algirdas. **Semiótica do discurso científico**: da modalidade. São Paulo: Difel, 1976.

GREIMAS Algirdas; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, Eric. Regimes de sentido e formas de educação. **Revista EntreLetras (Araguaína)**, v. 7, n. 2, p. 8-14, 2016.

LANDOWSKI, Eric. **Interações Arriscadas**. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.

LATUFF, Carlos. Tempos modernos na escola II. **Educação em Revista**. Regional 7 (Ilha do Governador). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://educacaoemrevista.wordpress.com/2012/10/27/meritocracia/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

LIMA, Edson. Professores ou doutrinadores. **Modesta opinião**. Picos (PI), 6 de outubro de 2017. Disponível em: <http://edsonbahia.blogspot.com/2017/10/professores-ou-doutrinadores.html>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MUSACHI, Vânia R. Construindo a identidade docente: significações e perspectivas de uma docente no contexto da amazônia norte mato-grossense. **Revista EntreLetras**. Araguaína - TO, v. 10, n. 1, jan/jun, 2019. p. 1-3.

NIGIB, Miguel. “País devem processar doutrinadores”. **UOL: Educação**, São Paulo, 21 jul. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/21/pais-devem-processar-doutrinadores-diz-idealizador-do-escola-sem-partido.htm>. Acesso em: 27 fev. 2020.
Entrevista concedida a Janaina Garcia.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Tópicos de semiótica**: modelos teóricos e aplicações. São Paulo: Annablume, 2008. 147 p.

SALAS, Paula. Depois do esculacho, como fica a vida? **Nova Escola**. Abril de 2018. Edição 311. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida#_=_. Acesso em: 7 ago. 2019.

SILVA, Luiza Helena O. Análise semiótica de mapas das eleições presidenciais de 2014: fraturas no discurso da identidade nacional. **Revista do GELNE**, v. 19, p. 166-177, 2017.

SILVA, Luiza Helena O. Interações, leituras e sentidos em tempo de fakenews: desafios para a formação de leitores no contexto escolar. **Estudos Semióticos (USP)**, v. 15, p. 31-45, 2019.

SILVA, Marcos Antônio Tavares da. **Carta**. Campos de Goytacazes (RJ), 20 de março de 2019. Disponível em: <https://www.gbnews.com.br/single-post/2019/03/24/Estado-afasta-professor-por-cao-da-charge-de-Bolsonaro-com-Trump-na-cama>. Acesso em: 4 set. 2019.

SOUZA, Danúbia de. Mãe de aluno de Gaspar faz campanha homofóbica para que escola não tenha diretor gay. **O município**. Blumenau-SC, 22 nov. 2019 Disponível em: <https://omunicipio.com.br/mae-de-aluno-de-gaspar-faz-campanha-homofobica-para-que-escola-nao-tenha-diretor-gay/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

TEIXEIRA, Patrícia. Polícia investiga ameaça a professora da Unicamp por expor conteúdo sobre homossexualidade. **G1**. Campinas-SP, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/policia-investiga-ameaca-a-professora-da-unicamp-por-expor-conteudo-sobre-homossexualidade.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2020.

ZILBERBERG, Claude. “As condições semióticas da mestiçagem”. In: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela; Kati Eliana Aetano (Orgs.). **O olhar à deriva: mídia, significação e cultura**. (Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit.) São Paulo: Annablume, 2004.

ZILBERBERG, Claude. Louvando o acontecimento. **Galáxia**. n. 13, p.13-28, junho 2007.

Submetido: 20/06/2021

Aprovado: 13/01/2023